



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis auditadas	5
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Conselheiros e Administradores da
FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)
Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica
Aracruz - Es
Cep. 29.194-129

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**, doravante denominada “FHMSC” ou “Fundação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião com ressalva

- a) Conforme declaração expressa na nota explicativa nº 2, as Demonstrações Contábeis da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas parcialmente de acordo com a NBC TG 1.000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME (R1).
- b) A Fundação não submeteu os seus ativos imobilizados ao teste de recuperabilidade em 2023. A ausência desse procedimento contraria os requerimentos da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, do Conselho Federal de Contabilidade, e a seção 27, da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Portanto, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse avaliar se o saldo de R\$ 27.064.577 do ativo imobilizado estava registrado nas demonstrações contábeis por valor superior ou não ao passível de recuperação pelo uso ou venda, bem como, se as despesas com depreciação estavam adequadamente apresentadas. Além disso, não se verifica evidência de que tenha inventariado aludidos bens para fins de elaboração das mencionadas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa sobre as demonstrações contábeis

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 14, a qual menciona que a Fundação é parte em demandas judiciais nas esferas trabalhista e cível, totalizando os valores em risco de R\$ 1.275.925 e R\$ 1.092.560, respectivamente, que de acordo com opinião dos seus assessores jurídicos, o prognóstico estimado para o desfecho dos assuntos discutidos é considerado como de possível perda, circunstância que não requer o reconhecimento contábil, mas apenas a sua divulgação. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram examinadas por nós, sendo que em 28 de abril de 2023 emitimos relatório contendo as mesmas ressalvas citadas nas letras “a” e “b”, do parágrafo Base para opinião com ressalva, do presente relatório, e também sobre ausência de acompanhamento do inventário físico dos estoques, divergência entre o saldo de empréstimos e financiamentos registrado nas demonstrações contábeis e o confirmado pelas instituições financeiras credoras e reconhecimento diretamente no resultado, como receita, de valores provenientes de doações recebidas destinadas a investimentos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 25 de abril de 2024.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0

**Demonstrações contábeis auditadas**
FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em reais (R\$)

ATIVO	Nota	2023	2022
Ativo Circulante		6.035.076	5.369.184
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.611.615	635.626
Contas a Receber	4	3.248.268	3.411.956
Estoques	5	901.422	976.486
Adiantamentos a funcionários	6	212.945	95.900
Outros créditos		60.623	133.562
Despesas de exercício seguinte	7	203	115.653
Ativo Não Circulante		27.541.898	28.327.929
Realizável a longo prazo		290.352	125.988
Despesas de exercício seguinte	7		95.636
Depósitos judiciais		25.352	30.352
Outros créditos	8	265.000	
Investimentos	9	63.070	650
Imobilizado	10	27.002.746	27.638.902
Intangível	10	185.730	562.390
TOTAL DO ATIVO		33.576.974	33.697.113
PASSIVO	Nota	2023	2022
Passivo Circulante		22.100.324	21.275.388
Fornecedores	11	2.854.352	2.198.552
Obrigações trabalhistas e sociais	12	2.667.401	2.150.010
Obrigações Tributárias		288.603	134.123
Serviços pessoa física e jurídica a pagar	13	6.194.555	8.631.937
Recursos de Convênios em Execução	14	3.205.835	2.939.578
Empréstimos e financiamentos	15	4.929.948	4.746.833
Adiantamentos de Clientes		977.045	
Contas a pagar		982.585	474.355
Passivo Não Circulante		10.702.914	11.880.693
Empréstimos e financiamentos	15	7.813.360	8.670.781
Provisão Contingência	16	2.889.555	3.209.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	773.735	541.032
Patrimônio Social		541.032	9.037.121
Superávit/Déficit Exercício		232.703	(8.496.089)
TOTAL DO PASSIVO		33.576.974	33.697.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais (R\$)

RECEITAS	2023	2022
Recurso Federal	12.846.784	10.351.966
Recurso Estadual (SESA - UTI)	4.756.738	5.968.947
Recurso Municipal (Contratualização)	25.301.518	16.298.630
Clientes Particulares	732.135	690.993
Convênios Planos de Saúde	12.173.994	12.029.058
Outros Convênios e doações	10.080.105	4.458.853
Glosas e Contestações	(1.053.543)	(3.011.049)
	64.837.729	46.787.397
Custos e Despesas Operacionais	(61.592.789)	(52.786.158)
Despesas com Pessoal	(15.491.012)	(14.217.767)
Despesas Utilidades e Serviços	(1.712.918)	(1.656.202)
Depreciação/Amortização	(2.298.597)	(1.867.590)
Materiais e Medicamentos	(8.501.623)	(7.302.634)
Serviços Médicos	(23.583.266)	(21.695.931)
Serviços Diversos PF/PJ	(4.473.896)	(1.746.899)
Despesas Gerais	(4.489.672)	(4.903.789)
Outras Despesas Operacionais	(1.041.805)	604.654
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	3.244.940	(5.998.761)
Receitas Financeiras	259.378	166.178
Despesas Financeiras	(3.271.615)	(2.663.506)
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	232.703	(8.496.089)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais (R\$)

	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do exercício	Total do Patrimônio Social
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	3.043.149	5.993.972	9.037.121
Transferência p/ Patrimônio Social			
Ajustes de exercícios anteriores			-
Superávit do exercício		(8.496.089)	(8.496.089)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	3.043.149	(2.502.117)	541.032
Transferência p/ Patrimônio Social			
Ajustes de exercícios anteriores			
Déficit do exercício		232.703	232.703
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.043.149	(2.269.414)	773.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais (R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2023	2022
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO PERÍODO	232.703	(8.496.089)
(+) Depreciação e amortização	2.291.357	1.863.490
(+) Provisão para contingências		996.711
(+) Reversão de provisão Contas a Pagar		356.509
(+) Reversão de provisão Contas a Receber		280.311
Superávit/(Déficit) Ajustado	2.524.060	(4.999.068)
(Aumento)/redução nos ativos em:		
Contas a Receber	163.688	(489.883)
Estoques	75.064	20.470
Adiantamento a funcionários e terceiros	(117.045)	31.785
Outros créditos	(192.061)	143.274
Despesas de exercícios seguintes	211.086	113.010
Depósitos judiciais	5.000	8.960
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores	655.800	1.307.542
Obrigações trabalhistas e sociais	517.391	(31.543)
Obrigações fiscais	154.479	(15.534)
Contas a pagar	508.231	253.872
Serviços de pessoa jurídica a pagar	(2.437.382)	2.224.355
Adiantamentos de clientes	977.045	(1.183.369)
Recursos de Convênios em Execução	266.256	1.869.487
Provisões contingenciais	(320.357)	987.751
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	2.991.256	241.109
Fluxos de Caixa das atividades de Investimentos		
Aquisições de imobilizado/Intangível	(1.829.951)	(4.375.505)
Baixa de ativo imobilizado/Intangível	551.409	
Quotas partes de capital do SICOOB	(62.420)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.340.962)	(4.375.505)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimo e financiamento	(674.306)	42.562
Empréstimos e financiamentos LP		
Caixa líquido proveniente (consumido nas) das atividades de financiamento	(674.306)	42.562
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	975.989	(4.091.834)
Demonstração da (redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	635.626	4.727.461
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.611.615	635.626
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	975.989	(4.091.834)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado e foi constituída em 15 de abril de 1967, com sede própria na Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.

Seu objetivo social é o atendimento médico hospitalar à comunidade, sem distinção de cor, sexo, idade, raça, profissão, nacionalidade, estado civil, credo religioso ou político e condição econômico-social, através das fontes de recursos tais como: SUS, Clientes Particulares, UNIMED, Mediservice, SAMP, Medisênior, Bradesco Saúde, Prefeitura Municipal de Aracruz – PMA, Secretaria Estadual de Saúde - SESA e outros convênios.

A entidade possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo a sua utilidade pública, devidamente reconhecida pelos poderes públicos.

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho de Curador em 18 de abril de 2024.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas *parcialmente* de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME (R1), aplicável às entidades sem finalidade de lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidade consiste na mencionada NBC TG 1000 (R1), em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos.

Tais resoluções estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

2.2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidos para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

As receitas provenientes de recursos públicos, inclusive de emendas parlamentares, destinados a investimentos não transitam pelas contas de resultado.



(b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, faturamentos e créditos a receber, contas a pagar a fornecedores e salários e encargos sociais. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros.

(c) Ativo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro, em espécie, mantido na entidade e saldos de contas bancárias de livre movimentação.

O faturamento a receber a receber são apresentados pelos valores líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável.

Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que, no deslinde do feito, o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa.

As apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de depreciações e amortizações. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. As taxas de depreciações e amortizações são as seguintes:

Discriminação	Taxa a.a.
Prédios e Edificações	4%
Móveis e Utensílios, Instrumental Técnico Cirúrgico e Laboratorial	10%
Equipamentos de Comunicação, Máquinas e Motores, Ferramentas e Instalações	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%
Software	20%

Quanto ao Intangível as apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de amortizações. As amortizações são calculadas com base em taxas que levam em consideração a vida útil, que neste caso é de 5 (cinco) anos, portanto a taxa de amortização é de 20%.

(d) Passivo circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação.

As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.



Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A Entidade está imune do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através do Certificado mencionado na Nota 1, por atender aos requisitos contidos na Lei 12.101/09, Lei Complementar nº 187/21, do Decreto nº 7.237/10, e Portaria nº 3.355/10, assim como na alínea “c”, item VI, art. 150, da Constituição Federal, e também, alínea “c”, do item IV, art.9º, do Código Tributário Nacional.

(f) Doações e subvenções

As doações e subvenções recebidas exclusivamente para investimento não são reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Entretanto, para as doações e incentivos destinados para custeio, esses são reconhecidos no resultado.

(g) Provisões para ações cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em processos judiciais. As provisões são constituídas para todas as ações cíveis e trabalhistas para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Caixa	9.726	8.621
Bancos conta correntes (sem restrição)	614	85.798
Bancos conta correntes (com restrição)	10	8
Aplicações financeiras (sem restrição)	405.937	23.741
Aplicações financeiras (com restrição)	<u>1.195.328</u>	<u>517.459</u>
	<u>1.611.615</u>	<u>635.626</u>

4. Contas a Receber



FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Clientes particulares	82.139	175.722
Plano de Saúde - UNIMED	1.025.336	894.940
Plano de Saúde - GOLDEN CROSS	396	1.462
Plano de Saúde - SAMP	837.012	346.604
Plano de Saúde - BRADESCO	150.571	397.364
Plano de Saúde - SAÚDE CAIXA	4.529	5.176
Plano de Saúde - ARCELORMITTAL		
Plano de Saúde - PETROBRÁS	8.939	11.360
Plano de Saúde - São Bernardo Saúde	525.808	216.751
Plano de Saúde - C.V.R.D. (PASA)	135.583	75.199
Plano de Saúde - MEDSENIOR	64.007	258.076
Plano de Saúde - AMIL	10.212	5.960
Plano de Saúde - POSTAL SAÚDE	18.588	22.919
SUS (Contratualização - Recurso Federal)	238.885	419.982
Contratualização - Recurso Municipal	1.855.995	1.988.357
Outros Convênios	56.766	68.444
(-) Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	-1.766.499	-1.476.362
	<u>3.248.268</u>	<u>3.411.956</u>

PECLD – Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – São representados por valores a receber, cujos vencimentos ultrapassam mais de 06 (seis) meses. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 contemplam perdas na realização de créditos de R\$ 1.766.499 (2022: R\$ 1.476.362), referente a Recursos de Glosas e outros clientes que receberam a prestação dos serviços médicos e ambulatoriais.

5. Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Estoques	901.422	976.486
	<u>901.422</u>	<u>635.626</u>

6. Adiantamentos a funcionários e terceiros

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Antecipações de salários		2.737
Antecipações de férias	106.403	90.880
Adiantº a funcionários (farmácia)	2.427	2283
Adiantº de piso enfermagem	104.115	
	<u>212.945</u>	<u>95.900</u>



7. Despesas do exercício seguinte

Representada, basicamente, por assinaturas e anuidade, juros pagos antecipadamente que são diferidas pelos prazos dos contratos ou documentos hábeis. Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, respeitando o princípio da competência.

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	203	1.678			203	1.678
Juros a Apropriar		113.975		95.636	-	209.611
Saldo	203	115.653		95.636	203	211.289

8. Outros créditos

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Titulos de capitalização	265.000	
	265.000	-

9. Investimentos

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Quotas de capital do SICCOB	63.070	650
	63.070	650

10. Imobilizado e Intangível

10.1. Imobilizado

Custo	Taxa de depreciação (a.a.)	Posição em				Posição em
		31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Terreno		167.689				167.689
Edificações	4%	11.653.851			3.339.286	14.993.137
Equipamentos de processamento de dados	20%	871.558	140.094	115.855	40.427	936.224
Móveis e utensílios	10%	3.356.851	485.081	236.470		3.605.462
Inst. Técnico cirúrgico e laboratório	10%	12.675.120	610.353	307.342	1.007.573	13.985.704
Equipamento de comunicação	10%	25.623		3.142		22.481
Máquinas, motores e ferramentas	10%	1.284.343		110	183.051	1.467.284
Instalações	10%	900.782	35.913	5.523		931.172
Linhas telefônicas	10%					0
Software	20%					0
Imobilizado em andamento		6.710.466	404.510		-4.570.337	2.544.639
Total		37.646.284	1.675.951	668.443	0	38.653.792
(-) Depreciação acumulada		-10.007.382	-2.248.698	-605.034		-11.651.046
Saldo do imobilizado		27.638.902	-572.747	63.409	0	27.002.746

**10.2. Intangível**

	Taxa de amortização (a.a.)	Posição em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Posição em 31/12/2023
Custo						
Software	20%	669.718		580.007		89.711
Software em andamento			154.000			154.000
(-) Amortização acumulada		-107.328	-42.660	-92.007		-57.981
Saldo do intangível		562.389	111.340	488.000		185.730

11. Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores diversos	2.854.352	2.198.552
	<u>2.854.352</u>	<u>2.198.552</u>

12. Obrigações trabalhistas e sociais

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Contribuição sindical a recolher	1.741	170
PIS/COFINS/CSLL a Recolher (5952)	157.296	72.198
Ordenados e salários a pagar	796.710	667.476
INSS a Recolher	134.331	61.300
FGTS a Recolher	128.624	114.835
Pensão alimentícia / ordem judicial	660	1.172
Rescisões a pagar	5.991	4.976
Provisões trabalhistas	1.442.047	1.227.884
	<u>2.667.401</u>	<u>2.150.010</u>

13. Serviços pessoa física e jurídica a pagar



	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Honorários a pagar	2.464.687	3.234.254
Serviços P. Jurídica a pagar	1.778.989	2.284.787
PMA - Urgência/Emergência	1.732.608	2.850.143
PMA - Complementação cirurgias eletivas	218.271	262.754
	<u>6.194.555</u>	<u>8.631.937</u>

14. Recursos de convênios em execução

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
SICONV - Conv. nº 879365/2018	130.495	152.502
SICONV - Conv. nº 859654/2017		375.022
SICONV - Conv. nº 888569/2019	223.841	257.121
SICONV - Conv. nº 900880/2020	81.234	102.423
SICONV - Conv. nº 885508/2019	188.030	208.741
SICONV - Conv. nº 875995/2018	13.353	12.767
SESA Equip. - Termo de Fomento nº 9051/2021	1.674.931	1.811.287
SEMSA Custeio (Banestes 34.230.748)	19.715	19.715
SICONV - Conv. Nº 922295/2021	503.083	
SICONV - Conv. Nº 879093/2022	371.152	
	<u>3.205.835</u>	<u>2.939.578</u>

15. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subseqüentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimos e financiamentos	4.929.948	4.746.833	7.813.360	8.670.781	12.743.307	13.417.614
Saldo	4.929.948	4.746.833	7.813.360	8.670.781	12.743.307	13.417.614

16. Provisões para ações cíveis e trabalhistas

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do



desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade de provisão para as perdas em processos avaliadas como prováveis.

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Provisão sobre passivos contingentes trabalhistas	2.131.016	2.451.373
Provisão sobre passivos contingentes cíveis	758.539	758.539
	<u>2.889.555</u>	<u>3.209.912</u>

Riscos avaliados como possíveis

O valor das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade representa o montante de R\$ 1.275.925 em 2023 (R\$ 1.370.415 em 2022) e para as contingências de natureza cível os riscos estão estimados como perda possível no montante de R\$ 1.092.560 em 2023 (R\$ 770.000 em 2022). Os processos classificados como perda possível não estão provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17. Patrimônio Líquido

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Patrimonio Social	541.032	3.043.149
Superávit (Déficit) do exercício	232.703	-2.897.484
Ajustes de exercícios anteriores		395.366
	<u>773.735</u>	<u>541.032</u>

- Patrimônio social – O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelo superavit e/ou deficits acumulados.
- Superávit - Superávit ou Déficit do Exercício, valor a ser incorporado ao patrimônio social, logo após a aprovação de contas da assembléia.
- Ajustes de exercícios anteriores - referente a procedimento de revisão dos registros contábeis do Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante e Passivo não Circulante, a Entidade identificou erros relativos a períodos anteriores que foram corrigidos, com o devido ajuste.

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na aquisição de bens do ativo imobilizado relacionados com suas operações sociais, sendo admitidas as aplicações financeiras desses recursos enquanto não realizadas essas aquisições.



18. Reconhecimento oficial de entidade beneficente da assistência social

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), regulamentada pela lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que revogou a lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A Fundação teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **renovado** para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, reconhecida através da Portaria nº 168, de 25 de fevereiro de 2021.

19. Trabalho voluntário

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro.

Entidade reconhece o trabalho dos referidos Conselhos como se o desembolso financeiro tivesse ocorrido, e uma respectiva doação, tendo-se então uma Receita e Despesa relativa aos trabalhos voluntários em mesmo montante. O mesmo tratamento é dado aos outros voluntários. Os valores são mensurados ao seu valor justo (valores de mercado). Para o ano de 2023, foi suspenso os trabalhos voluntários, devido uma reestruturação na Entidade.

Os valores mensurados e registrados não foram desembolsados financeiramente pela Entidade, sendo reconhecidos simultaneamente como Receita e Despesa, no Resultado de cada exercício, conforme determina a ITG 2002 (R1), sem efeitos no Superávit/Déficit do Exercício.

20. Renúncia Fiscal

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação goza de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, art. 9º do Código Tributário Nacional e arts. 181 do Decreto nº 9.580/2018 – Regulamento do Imposto de Renda. Tal imunidade também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991. Em relação ao PIS, a Fundação está isenta ao seu pagamento sobre a folha de salários. Atendendo a disposição do item 27 (c) da ITG 2002(R1).

A isenção do Imposto sobre a renda está regulada pelo artigo 182 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018).

21. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.



22. Benefícios a empregados

O número de empregados da Entidade existente em 31 de dezembro e respectivos benefícios são os seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Nº de empregados	425	369
Salários e ordenados a pagar	796.710	667.476
Férias a pagar	217.660	176.905
FGTS a recolher	128.624	114.835
	<u>1.142.994</u>	<u>959.217</u>

23. Resultados Sociais

Conforme requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, especificamente na seção I, art. 4º, a Entidade ofereceu a prestação de serviços ao SUS (Sistema Único de Saúde) em número e percentuais a seguir:

Relação de Serviços	Unidade	Convênio	2023		2022	
			Quantidade	%	Quantidade	%
Diárias de pacientes em apartamentos e enfermarias	Paciente/dia	SUS	23.198	82%	22.953	82%
		Convênios/Particular	5.082	18%	4.974	18%
		Total	28.280	100%	27.927	100%
Pacientes internados	Paciente	SUS	5.423	73%	5.444	72%
		Convênios/Particular	2.034	27%	2.072	28%
		Total	7.457	100%	7.516	100%
Serviços ambulatoriais	Exame	SUS	20.390	27%	19.318	31%
		Convênios/Particular	55.623	73%	42.726	69%
		Total	76.013	100%	62.044	100%

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO
CAMILO

RUBENS FELIX
CPF: 002.609.768-06
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CONTADORA: MARCELA P. G. MARQUES MOÇO
CPF: 069.143.047-00
CRC: ES-013847-O